JUSTIÇA À LA TINA

HEIMDALL FONTES

1

Bastava, para Lucas Tirso do Nascimento, a silenciosa e reconfortante certeza das regras. O mundo, para ele, desdobrava-se como um grande tabuleiro onde cada peça tinha seu movimento prescrito, cada ação gerava uma consequência lógica, e a beleza residia na ordem quase musical desse sistema. Desde os oito anos, quando os amigos o escolhiam para apitar os jogos de futebol do bairro, ele descobrira sua vocação. Não sentia o chamado do gol, nem tinha paixão para se envolver nas brigas infantis; seu prazer, quase ascético, era observar os fatos com distância, aplicar as normas com precisão e declarar o que era certo. Ele julgava, não jogava.

Essa natureza o moldou, como a água lenta molda a pedra. Na escola, nunca tomou partido nas disputas de classe, nem se candidatou a grêmios estudantis, que lhe pareciam palcos para vaidades. Preferia a companhia silenciosa dos livros, a lógica imutável da gramática, o significado estrito das palavras. A faculdade de direito foi, portanto, menos uma escolha e mais um destino inevitável.

Ali, no ambiente solene dos corredores ecoantes e das bibliotecas que cheiravam a saber antigo, Lucas se sentia em casa. Seu sonho, a peça final em seu tabuleiro pessoal, era um dia ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal dos Setes, o ST7, o panteão onde a Justiça, em sua forma mais pura e técnica, era praticada. Ele não via a política, via o procedimento; não via o poder, via o dever.

Foi numa dessas manhãs, dentro da sala de aula do Mestre Doutor Eduardo P. Almeida, que a primeira vibração dissonante atingiu a harmonia do seu mundo. O tema do debate era quente: o recém-instaurado “Inquérito das Fake News” do ST7. De um lado da sala, um grupo de alunos defendia a Corte com um fervor que Lucas achava excessivo, argumentando que se tratava de uma medida drástica, porém necessária, para proteger o próprio Estado Democrático de Direito. Do outro, um colega de voz grave e pausada rebatia, citando artigos e princípios que Lucas conhecia de cor. “A Constituição desenhou um sistema acusatório claro”, dizia o rapaz, e cada palavra parecia retirada de um manual. “O Ministério Público investiga e acusa; o Judiciário julga. Quando o próprio tribunal se torna vítima, investigador e juiz, rasgamos a lei em nome de salvá-la”.

Lucas ouvia tudo com sua costumeira atenção analítica, pesando os argumentos em sua balança interna. Havia uma verdade quase matemática no que o colega dizia; era a letra fria da lei que ele tanto admirava. Contudo, a lógica do colega, por mais precisa que fosse, esbarrava em algo muito mais sólido na mente de Lucas: a imagem do ST7 como um pilar inabalável. Era um farol de racionalidade imune às paixões humanas que turvavam o resto do mundo. A

instituição simplesmente não cometeria um erro tão primário. Com certeza havia um contexto maior, uma justificativa técnica que eles, meros estudantes, ainda não eram capazes de compreender.

A discussão se acalorou. As vozes se sobrepuseram, até que um aluno do fundo da sala, um rapaz magro e de olhar intenso chamado Allan, gritou, silenciando os demais: “Tudo isso é só uma desculpa! Esse inquérito só nasceu por causa da reportagem do ‘Amigo do Amigo do meu Amigo’, da revista Náufrago! Estão com medo que a verdade apareça!”

Como era de seu feitio, o Mestre Eduardo interveio para reconduzir o debate ao seu curso adequado. Com sua habitual serenidade professoral, ele acalmou os ânimos. “Ambos os lados apresentam pontos válidos”, disse, ajeitando os óculos na ponta do nariz. “O direito é feito de tensões. A nossa função aqui não é resolver conspirações, mas entender os argumentos jurídicos. É preciso ponderar, analisar com calma, sem paixões.” Para Lucas, a intervenção foi exemplar. O professor havia restaurado a ordem, focando a discussão na técnica jurídica e afastando-a do que parecia ser um boato sensacionalista.

No caminho para casa, a frase de Allan ecoava na mente de Lucas. Ele parou na banca de jornais de seu Joaquim, um hábito que mantinha como uma pequena rebeldia numa era digital. O cheiro de papel e tinta o confortava, era um aroma de permanência. “Seu Joaquim, por acaso o senhor tem a última edição da Náufrago?”, perguntou Lucas, a voz saindo quase por conta própria.

O velho jornaleiro olhou para os lados, um gesto rápido, quase furtivo. “Rapaz, até tenho. Mas não posso vender. Chegou uma ordem hoje cedo, judicial, pra recolher o lote todo.” Ele se abaixou atrás do balcão e tirou um exemplar, estendendo-o a Lucas. “Mas você é cliente antigo. Leva essa. Digo que já tinha vendido antes da ordem chegar.”

Lucas segurou a revista. O que antes era um produto numa prateleira, agora pesava em suas mãos, não pelo papel, mas pela desobediência que representava. Por um instante, ele ficou parado ali, na frente da banca, o exemplar na mão, travando uma pequena batalha interna. Havia uma ordem judicial, uma regra clara. Levar aquela revista era, em sua essência, um ato contra as regras. E tudo em Lucas fora construído sobre o alicerce do respeito às normas. Mas então, a lógica que ele tanto prezava veio em seu socorro, oferecendo-lhe uma saída. Ele não a comprara. Fora um presente de seu Joaquim, um homem bom a quem ele conhecia a vida toda. Um presente não era uma transação comercial, e a amizade tinha suas próprias regras, talvez mais antigas e importantes. Com esse pensamento para apaziguar sua consciência, ele guardou a revista na mochila, agradeceu com um aceno de cabeça e apressou o passo em direção a casa. Lá, trancou-se no quarto e, com o coração um pouco mais acelerado que o normal, começou a ler. A reportagem era longa e meticulosamente detalhada, um resumo de uma vasta investigação sobre corrupção chamada “Operação Veja”. E, no clímax da matéria, ela mostrava como os tentáculos da investigação, através de um delator, estavam tocando as vestes de um dos ministros do ST7, o homem conhecido no esquema pelo codinome “o Amigo do Amigo do meu Amigo”.

Ele terminou a leitura e ficou olhando para a parede, para o vazio. Uma peça fora do lugar. Uma regra que não se encaixava. A instauração de um inquérito pela própria Corte, logo após uma reportagem que a atingia diretamente, parecia uma coincidência grosseira demais. Mas sua mente, treinada para confiar na lógica das instituições, logo tratou de encontrar uma explicação. Era uma reação para proteger a honra do tribunal, uma forma de mostrar força contra quem o caluniava.

Sim, devia ser isso. A frase se repetia em sua mente, mas soava oca. Um mal-estar sutil começou a se instalar em seu peito, a sensação desconfortável de que o chão sob seus pés, antes tão firme, agora continha finas rachaduras. Suas certezas, os pilares de seu mundo, pareciam subitamente vulneráveis. Por um momento, a dúvida o assaltou, fria e cortante. Mas Lucas a repeliu com a força de um hábito cultivado a vida inteira. Não. O ST7 estava certo. Tinha que estar. Ele escolheu acreditar nisso. Dobrou a revista com um gesto quase brusco, como se quisesse encerrar o assunto, e a enterrou no fundo de uma gaveta, debaixo de pilhas de apostilas que representavam a ordem que ele tanto prezava. Voltou para seus livros, buscando refúgio na clareza das leis, e forçou-se a não pensar mais naquilo. Mas a fissura em suas certezas, embora minúscula, estava lá. E a água, como se sabe, sempre encontra um caminho.

2

Ele enterrou a dúvida como se enterra uma semente indesejada, na esperança de que a escuridão e o peso da rotina a sufocassem. Os dias que se seguiram foram um refúgio naquilo que Lucas melhor conhecia: a disciplina. As provas finais se aproximavam como uma maré, e ele se deixou levar por elas, encontrando conforto na lógica fria de um antigo caso de bis in idem, na arquitetura previsível dos códigos, na clareza dos prazos processuais. O mundo, dentro de seus livros, voltava a fazer sentido. Cada artigo era um tijolo, cada parágrafo, a argamassa que mantinha de pé a catedral de suas certezas.

Seu hábito era chegar à faculdade antes de quase todos, quando os corredores ainda estavam silenciosos e o cheiro de café fresco se misturava ao de papel antigo. Era nesses momentos de quietude que ele organizava seus pensamentos. Numa dessas manhãs, porém, a quietude foi quebrada por uma voz que ele reconheceu de imediato. Era Allan, o rapaz do debate, conversando em tom conspiratório com um pequeno grupo perto da cantina. Lucas não quis

ouvir, mas as palavras viajaram pelo ar parado e o alcançaram. Falavam de um grande protesto.

"É no sábado, dia 8", dizia Allan, a voz carregada de uma urgência que Lucas achava desconcertante. "Temos que tirar aquele corrupto da presidência. Vai ser na Praça da Ágora Maldita, o país inteiro vai parar para ver."

Lucas apenas registrou a informação, como faria com uma nota de rodapé. Para ele, aquilo era apenas ruído, a manifestação das paixões políticas que ele tanto se esforçava para manter à distância. O mundo de Allan, feito de gritos e palavras de ordem, não poderia ser mais diferente do seu, construído sobre o silêncio e a letra da lei. Ele passou pelo grupo sem ser notado e se fechou na biblioteca, onde a única voz que importava era a dos doutrinadores.

O domingo chegou ensolarado, um dia perfeito para o ritual de almoço na casa de seus pais. O cheiro de linguiça na brasa se espalhava pelo quintal, um aroma de normalidade e conforto. Enquanto cuidava da churrasqueira, com a atenção metódica que dedicava a tudo, ouvia a conversa entre seu pai, Geraldo, e seu primo, Zezão.

Zezão era um homem bom, de mãos calejadas e sorriso fácil, mas naquele dia sua testa estava franzida de preocupação. Ele vendia pipoca no centro, perto da universidade federal, e sua vida dependia do fluxo de pessoas na rua. "As coisas estão complicadas, cara", dizia ele, com um suspiro. "Com essa chuva que deu nas últimas semanas, o povo sumiu. Ninguém para pra comprar uma pipoquinha. A semana foi um desastre."

Lucas ouvia, virando as linguiças para que assassem por igual. A mente dele, treinada para encontrar padrões e soluções, conectou os pontos quase que instantaneamente. De um lado, o problema de Zezão: a falta de público. Do outro, a informação que ouvira dias antes: um evento que prometia um público imenso. Sem qualquer intenção política, movido apenas pelo desejo prático de ajudar o primo, ele se virou.

"Zezão, eu ouvi na faculdade que vai ter um protesto grande no sábado, dia 8. Lá na Praça da Ágora Maldita. Pelo que falaram, vai dar muita gente."

Os olhos de Zezão se iluminaram. A nuvem de preocupação em seu rosto se dissipou, dando lugar à esperança. "Um protesto, é? Rapaz, isso é uma ótima ideia! Onde tem gente, tem fome. Onde tem fome, vende pipoca!"

A conversa mudou de rumo. Falaram de futebol, do tempo, de trivialidades familiares. Lucas se sentiu satisfeito. Havia aplicado sua lógica a um problema do mundo real e encontrado uma solução. Havia ajudado seu primo. Era simples assim. O tabuleiro, por um momento, pareceu perfeitamente alinhado. Ele não fazia ideia, enquanto o cheiro da fumaça subia aos céus naquele domingo tranquilo, que a peça que acabara de mover, com a melhor das intenções, iniciaria uma partida que ele jamais sonhou em jogar.

3

Repetia-se o ritual do domingo, um porto seguro no meio da semana. A fumaça da churrasqueira subia preguiçosamente, carregando o cheiro familiar de carne e carvão, enquanto o som de talheres e conversas amenas preenchia a casa. O sábado do protesto havia passado sem alarde para Lucas; para ele, fora apenas um dia de estudo, um ruído distante no noticiário. Agora, no conforto do almoço em família, o mundo parecia ter voltado ao seu eixo. Tudo estava em seu devido lugar.

Foi então que o telefone tocou, um som estridente que cortou a harmonia do momento. Seu pai atendeu na cozinha, e a princípio sua voz era a de sempre. Mas logo o tom mudou. O murmúrio se transformou em exclamações contidas, tensas. “Não é possível...”, Lucas o ouviu dizer. “Mas o que aconteceu? Meu Deus.” Um silêncio pesado se seguiu, e quando seu pai voltou para a mesa, seu rosto tinha a palidez de quem acaba de receber uma notícia impossível.

Ele olhou para a esposa, depois para Lucas, e disse as palavras que fariam o mundo de Lucas inclinar-se perigosamente: “O Zezão foi preso.”

A mãe de Lucas levou a mão à boca. A irmã mais nova parou, com o garfo a meio caminho. O ar ficou denso. Preso? Zezão? O homem que só conhecia o trabalho e o riso fácil? As perguntas vieram atropeladas, e a resposta de seu pai foi um resumo confuso do que ele mal conseguia entender. Tinha a ver com o protesto do dia 8. Depois da manifestação, um grupo de pessoas se dirigiu ao prédio da justiça e houve um quebra-quebra.

O almoço terminou ali. O gosto da comida sumiu, substituído por um amargor de ansiedade. Lucas foi com o pai para a delegacia, um trajeto feito em silêncio, cada um perdido em seus próprios pensamentos. Para Lucas, era um zumbido constante em sua mente: a lembrança de sua sugestão, tão lógica e bem-intencionada, agora manchada por uma consequência absurda.

Encontraram Zezão já sendo liberado, mas a expressão em seu rosto não era de alívio, e sim de uma profunda confusão. Ele estava respondendo em liberdade, mas respondendo por algo que soava como uma piada de mau gosto: Golpe de Estado.

No carro, voltando para casa, a história veio em pedaços, na voz simples de um homem que tentava entender o que havia acontecido com sua vida.

“Eu fui, que nem a gente combinou”, Zezão contou, olhando para as próprias mãos como se não as reconhecesse. “Vendi pipoca como nunca, menino. O povo tava com uma fome... Depois que o grosso do pessoal foi embora, desmontei a barraquinha e fui pra casa. Dormi que nem pedra. No outro dia, a polícia bate na minha porta.”

Ele fora conduzido à delegacia, onde passou o dia. A acusação, segundo lhe disseram, era de “tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito”, uma frase tão longa e pomposa que parecia pertencer a outro universo, não ao de um vendedor de pipocas. Tudo fazia parte de um novo inquérito, aberto no próprio dia 8, o “Inquérito dos Atos Antidemocráticos”. Zezão precisaria de um advogado e teria que depor nos próximos dias.

O silêncio no carro ficou pesado, carregado pelo não dito. Foi Lucas quem o quebrou, a voz embargada por um sentimento frio que se espalhava em seu peito. “Me desculpa, Zezão. A culpa foi minha. Fui eu que dei a ideia de você ir lá.”

Zezão se virou no banco e, pela primeira vez desde que o viram, deu um sorriso, embora cansado. “Que isso, moleque. Deixa de ser bobo. Você não tem culpa de nada.” Ele olhou pela janela, para a cidade que passava indiferente. “É só um mal-entendido dos grandes. Semana que vem tá tudo resolvido, cê vai ver. Vão ver que eu só tava lá pra vender minha pipoca. Justiça é justiça, né?”

Lucas não respondeu. Ele apenas assentiu, enquanto a frase de seu primo ecoava em sua mente. “Justiça é justiça”. Era um dos pilares de seu mundo. Mas, pela primeira vez, ao

ouvir essas palavras, ele sentiu que o chão sob seus pés tremia, quase imperceptivelmente.

4

Parecia que o mundo de Lucas havia se dividido em dois. Havia o mundo de fora, onde a vida seguia seu curso normal — as aulas, os estudos, os almoços de domingo que agora carregavam uma tensão silenciosa. E havia o mundo de dentro, um labirinto de ansiedade onde a imagem de Zezão, confuso e assustado, se repetia incessantemente. Aquele mal-entendido havia se alojado na mente de Lucas, uma peça permanentemente fora do lugar em seu tabuleiro.

Na faculdade, o ar estava diferente. O caso do dia 8, antes um assunto distante, agora era o centro de todas as conversas. E com ele, um novo debate foi marcado na aula do Mestre Eduardo. Desta vez, o tema era ainda mais espinhoso: o “Inquérito dos Atos Antidemocráticos” e uma nova frente de investigação que surgira, o “Inquérito das Milícias Digitais”.

Desta vez, Allan não era apenas uma voz no fundo da sala; ele estava no centro do palco, um dos debatedores oficiais. E sua postura não era mais a de um aluno fazendo uma provocação, mas a de alguém que se sentia diretamente atacado. Ele falava com uma fúria contida, citando o caso de

um amigo que fora preso por criticar o ST7 em suas redes sociais. Sua argumentação era um ataque direto, sem as formalidades acadêmicas. E então, no clímax de sua fala, ele apontou um dedo acusatório para o ar e a voz subiu, ecoando pela sala.

“Eles falam em democracia, mas quem está agindo como ditador é o Ministro Réder Tina! Ele é o verdadeiro golpista!”

Um silêncio chocado caiu sobre a turma. Nunca um ministro do ST7 havia sido atacado com tanto desprezo e de forma tão pessoal dentro daquelas paredes. O professor, Mestre Eduardo, interveio imediatamente, a sua calma habitual tingida por uma severidade rara. Ele encerrou o debate, dizendo que a crítica era válida, mas que o desrespeito e os ataques nominais a uma autoridade da Corte Suprema eram inaceitáveis. “Apesar de eventuais excessos”, disse ele, com seu tom professoral, “devemos confiar nas instituições. O Ministro Réder Tina é um pilar da nossa justiça e merece respeito.”

Lucas, em seu assento, sentiu um misto de alívio e concordância. A agressividade de Allan o incomodava. Era o caos, a paixão descontrolada que ele acreditava ser o oposto da justiça. A postura do professor, por outro lado, o tranquilizava. Era a voz da razão, da ordem.

Naquela mesma noite, em casa, seu pai trouxe a primeira boa notícia em dias. “Consegui um advogado para o Zezão”, disse Geraldo, o alívio evidente em sua voz. “Um

amigo antigo, o Marcos. Ele é bom. Me devia um favor e vai pegar o caso."

Uma onda de esperança percorreu Lucas. Um advogado. Um profissional. As regras do jogo seriam seguidas. Ele se aproximou do pai. "Pai, eu posso acompanhar o caso? De perto? Como estudante, eu... eu queria ver como funciona, ver o outro lado." O que ele não disse era que queria, precisava, ver o sistema funcionando para consertar aquele erro absurdo. Ver a justiça, na prática, sendo justa.

Seu pai concordou. Passou-lhe o contato de Marcos, e Lucas enviou uma mensagem na mesma hora. Para sua surpresa, o advogado não só aceitou como o convidou para a primeira reunião com Zezão, no dia seguinte.

No outro dia, após a aula, Lucas foi direto para o escritório de Marcos. Era um prédio comercial no centro, e o escritório em si era pequeno, mas organizado. Na pequena sala de espera, enquanto aguardava, seu olhar foi capturado por uma estátua de bronze sobre um pedestal de mármore. A Justiça. Com os olhos vendados, segurando a balança e a espada. Ele se lembrou das aulas de história do direito, da simbologia que aprendera. A venda, para que não visse a quem julgava, garantindo a imparcialidade. A balança, para pesar os argumentos de cada lado com precisão. A espada, para impor a decisão. Ali, naquele bronze frio, estava a representação perfeita de tudo em que ele acreditava.

Marcos o chamou para dentro. Ele era um homem de meia-idade, com um ar cansado, mas um aperto de mão

firme. Zezão já estava lá, parecendo ainda menor na cadeira de couro. A reunião foi tranquilizadora. Marcos explicou o processo com a calma de quem conhece o caminho. O depoimento era o primeiro passo.

"Zezão, é muito simples", disse Marcos, inclinando-se sobre a mesa. "Você vai contar a verdade. Apenas a verdade. Que você foi lá para vender pipoca, que vendeu suas pipocas, e que foi para casa. Não há crime nisso. Eles não têm nada contra você. É só um procedimento padrão para um caso grande como esse. Vamos esclarecer os fatos, e isso será arquivado em poucos dias."

Lucas ouvia, absorvendo cada palavra. Era exatamente como deveria ser. Lógico. Metódico. Justo. Ele saiu do escritório sentindo o peso em seus ombros diminuir. O mal-entendido seria desfeito. A peça voltaria para o lugar certo no tabuleiro. A venda nos olhos da estátua de bronze, ele pensou, garantia que a justiça não se desviaria.

5

A tranquilidade, porém, era um estado frágil. Dois dias depois da reunião no escritório de Marcos, o celular de Lucas vibrou com uma avalanche de mensagens no grupo da faculdade. Era uma notícia, acompanhada de um link para um portal de grande circulação. A manchete era curta e brutal: “Estudante universitário preso por ataques ao ST7”. A foto era inconfundível. Era Allan.

Lucas abriu a notícia, o coração batendo descompassado. A matéria relatava que a prisão fora ordenada pelo próprio Ministro Réder Tina. A prova? Uma gravação do debate em sala de aula, feita por um celular e enviada anonimamente ao tribunal. Num vídeo que acompanhava a notícia, o próprio ministro Tina dava uma declaração. Com uma expressão severa, ele afirmava que as críticas de Allan constituíam um crime contra a honra da instituição e que, por o vídeo estar disponível online, configurava um “flagrante delito permanente”.

A cabeça de Lucas deu um nó. Flagrante? Um vídeo? Ele folheou mentalmente os seus livros de direito processual

penal. Flagrante era o ato de ser pego cometendo o crime, ou logo após cometê-lo. Como podia um vídeo, uma gravação de um evento passado, ser um flagrante? Era uma distorção da lógica, uma reescrita das regras no meio do jogo. Era como dizer que um vídeo de uma pessoa já falecida a fizesse continuar legalmente viva. A justificação não era apenas frágil; parecia absurda.

No dia seguinte, a sala de aula era um barril de pólvora. O debate, claro, era sobre a prisão de Allan. As paixões, antes contidas, explodiram. De um lado, alunos defendiam a medida como um ato necessário de defesa da democracia. Do outro, o grupo que antes era minoria agora falava mais alto, denunciando a prisão como um ato de censura e tirania.

Mestre Eduardo, mais uma vez, tentou ser o farol da moderação no meio da tempestade. “Calma, pessoal”, disse ele, a voz tentando se sobrepor ao tumulto. “É uma situação complexa e sem precedentes. Não podemos tirar conclusões precipitadas. A prisão nos parece estranha, de fato, mas devemos confiar que o ST7 tem acesso a outros fatos que nós, o público, ainda não conhecemos. A justiça tem os seus próprios mecanismos.”

Desta vez, as palavras do professor não tranquilizaram Lucas. Pelo contrário. A confiança cega na instituição, a presunção de que devia haver uma razão oculta e justa, soou-lhe oca. Parecia menos com sabedoria e mais com uma recusa em ver o que estava acontecendo na frente de todos.

Poucos dias depois, chegou a data do depoimento de Zezão. Lucas encontrou-se com ele e com Marcos para uma conversa depois de Zezão ter falado com as autoridades. O encontro foi no mesmo escritório pequeno, mas o ambiente já não era de otimismo. Zezão estava pálido, os olhos fundos.

“Foi esquisito, Dr. Marcos. Foi esquisito, Lucas”, começou Zezão, a voz baixa. “Eles não queriam saber da minha pipoca. Não queriam saber onde eu estava, o que eu vi.” Ele fez uma pausa, tentando encontrar as palavras certas. “Todas as perguntas, de um jeito ou de outro, eram sobre a mesma coisa. ‘O senhor queria dar um golpe?’, ‘O senhor apoiava o golpe?’, ‘Quem o financiou para participar no golpe?’ Eu dizia que não, que só estava trabalhando, e eles faziam a mesma pergunta de outra forma. Parecia que não estavam me ouvindo. Só queriam que eu dissesse ‘sim’.”

Marcos, que esteve presente no depoimento, confirmou com um aceno lento de cabeça, a sua expressão sombria. “É verdade, Lucas. Foi um interrogatório direcionado. Não estavam investigando, estavam tentando extrair uma confissão para um crime que já tinham decidido que ele cometeu.”

Lucas sentiu um frio na espinha. Aquilo não era um procedimento para apurar a verdade. Era um teatro. Um ritual desenhado para confirmar uma narrativa previamente escrita. O mal-entendido não estava sendo desfeito; estava sendo cimentado, transformado em fato por meio de um processo viciado.

Naquela noite, Lucas não conseguiu estudar. Os livros, os seus refúgios de lógica e ordem, pareciam inúteis. Abriu o computador e começou a pesquisar. Não os seus manuais de direito, mas as notícias, os vídeos, as discussões online. Queria entender o que estava acontecendo para lá das paredes da faculdade e dos tribunais. Encontrou dezenas de vídeos. Viu um deputado da oposição, na tribuna da câmara, denunciando o inquérito como uma aberração jurídica, um instrumento de perseguição política. Viu juristas apontando as mesmas ilegalidades que ele próprio tinha notado.

E então, deparou-se com um vídeo que o fez parar. Um parlamentar chamado Daniel, um homem de fala agressiva e gestos largos, discursava de forma virulenta. Ele não apenas criticava, ele atacava. Chamava os ministros do ST7 pelos nomes, acusava-os de serem os verdadeiros ditadores, de estarem dando um golpe de estado no país. Dizia que alguém precisava tomar “atitudes contundentes” contra o tribunal. As palavras eram pesadas, incendiárias. Eram, de certa forma, a versão extrema e amplificada das críticas de Allan.

Lucas sentiu-se desconfortável ouvindo aquilo. A forma era errada, agressiva. Mas o conteúdo... o conteúdo ecoava as dúvidas que começavam a corroer as suas próprias certezas. Ele fechou o computador perto das duas da manhã, a cabeça latejando. O mundo já não era um tabuleiro de xadrez com regras claras. Parecia mais um campo de batalha lamacento, onde as regras eram reescritas a cada momento, e a justiça, a sua estrela-guia, parecia estar perdendo o brilho. A fissura na parede das suas convicções já não era uma linha

fina. Era uma fenda se alargando, e ele temia o que poderia encontrar do outro lado.

6

Não era mais o mesmo mundo. Ontem, a justiça era um ideal, as regras pareciam sólidas. Hoje, porém, a realidade se impunha com a crueza de vidro quebrado. O som da televisão ligada na sala, normalmente um ruído de fundo constante nas manhãs de sua casa, naquela, cortou o ar com as palavras do âncora do jornal.

“...preso em sua residência no início da manhã. O parlamentar Daniel foi levado pela polícia sob a acusação de crimes contra o Estado Democrático de Direito. Em nota, o ministro Réder Tina afirmou que a prisão se deu em flagrante delito permanente, por se tratar de um crime inafiançável, e que as ameaças proferidas em vídeo continuavam a produzir seus efeitos enquanto estivessem disponíveis online.”

Lucas ficou parado no corredor, a xícara de café na mão. A mesma justificativa. A mesma lógica torta. A mesma reescrita da lei para servir a um propósito. Não era mais uma anomalia, um caso isolado e estranho como o de Allan. Era um método. Um padrão. A lei, que para Lucas era uma fortaleza de certezas, estava sendo desmontada, tijolo por

tijolo, e usada como arma de arremesso. A agressividade do discurso de Daniel era condenável, Lucas sabia, mas a resposta do sistema era assustadora. Parecia desproporcional, cirúrgica, como se o objetivo não fosse punir um crime, mas silenciar uma voz.

O telefone tocou, tirando-o de seus pensamentos. Era Marcos. A voz do advogado, normalmente calma e ponderada, estava carregada de uma urgência sombria.

“Lucas. Levaram o Zezão.”

A xícara tremeu na mão de Lucas. “Levaram como? O que aconteceu?”

“Prisão preventiva”, disse Marcos, a palavra saindo como um cuspe amargo. “Foram na casa dele logo no início da manhã. A justificativa oficial é a de sempre: a gravidade da acusação e o risco de ele apagar provas.” O advogado fez uma pausa, e Lucas pôde ouvir sua respiração pesada do outro lado da linha. “Apagar provas, Lucas. Que provas? Recibos de milho de pipoca? A receita da manteiga temperada? É um escárnio.”

Um nó se formou na garganta de Lucas. A culpa, que antes era uma fagulha, agora era uma labareda. Sua sugestão inocente, seu desejo de ajudar, tinha colocado seu primo no centro de uma engrenagem monstruosa que ele mal começava a compreender.

Naquela mesma tarde, eles foram visitar Zezão na penitenciária. O ar frio e o cheiro de desinfetante do lugar eram o oposto do escritório acolhedor de Marcos. Atrás de um

vidro grosso, Zezão parecia menor, encolhido. Os olhos, antes preocupados, agora carregavam um medo profundo.

“Doutor, Lucas... aconteceu uma coisa estranha”, disse Zezão, a voz baixa, quase um sussurro no interfone. “Tiveram outro depoimento. Aqui dentro.”

Marcos franziu a testa. “Eu não fui notificado de nenhum depoimento.”

“Foi sem advogado”, continuou Zezão, engolindo em seco. “Disseram que era só pra assinar a ata do primeiro depoimento, que tinha ficado faltando. Me deram umas folhas pra assinar. Tinha um monte de palavra difícil, ‘juridiquês’ que o senhor fala. Eu não entendia nada, mas não parecia o que eu tinha dito. Eles ficavam me apressando, dizendo pra assinar logo, que não tinham o dia todo.”

Lucas olhou para Marcos, cujo rosto se transformara numa máscara de fúria contida.

“Você assinou, Zezão?”, perguntou o advogado, a voz perigosamente calma.

“Não. Eu falei que sem o senhor eu não assinava nada. Eles ficaram bravos, mas eu não assinei. No fim, me fizeram assinar um papelzinho dizendo que eu me recusei a confirmar a ata. Foi isso certo, doutor?”

“Foi a única coisa certa que aconteceu nesse processo todo, Zezão”, respondeu Marcos, passando a mão pelo rosto. “Fique firme. Vamos tirar você daqui.”

A conversa terminou logo depois. No caminho de volta, o silêncio no carro era pesado. Lucas olhava a cidade passar pela janela, mas não a via. Sua mente estava presa naquela sala fria.

Foi Marcos quem quebrou o silêncio, batendo com o punho no volante. “Eles estão fabricando um culpado, Lucas. Fabricando! Não se trata mais de provar um crime. Trata-se de construir uma narrativa.” Ele olhou para Lucas, os olhos faiscando. “Eles pegaram dezenas de pessoas, gente que só estava lá, como o Zezão, e estão jogando todas no mesmo saco de quem vandalizou obras de arte. Não existe individualização da conduta. Não importa o que cada um fez. Se você estava lá, você é culpado do todo. É a tese do crime de multidão, uma aberração que não se sustenta em nenhum tribunal sério!”

Lucas permaneceu em silêncio. A estátua da Justiça que ele tanto admirava em sua mente, a deusa vendada e imparcial, parecia ter mudado. Agora, ele a imaginava rasgando a própria venda, não para enxergar melhor, mas para escolher seu alvo a dedo. E a balança em sua mão não pesava fatos, mas sim conveniências. A espada não era para executar a sentença justa, mas para cortar fora qualquer um que se pusesse em seu caminho. A fenda em suas convicções não era mais uma fenda. Era um abismo. E ele estava parado na beirada, olhando para a escuridão.

7

Meses se arrastaram com a lentidão de uma doença crônica, corroendo a esperança. Zezão continuava preso, e a cada visita, Lucas o via um pouco mais diminuído. O sorriso fácil tinha sido substituído por um vinco permanente de preocupação na testa. Ele emagrecera, a pele pálida sob a luz fria do parlatório. Reclamava que os remédios para a pressão às vezes não chegavam, que alguns dias a comida era escassa, que o medo o impedia de dormir. Cada queixa era uma pontada no peito de Lucas, um lembrete constante da sua sugestão inocente que se transformara numa sentença.

Marcos se desdobrava. Petições, recursos, pedidos de habeas corpus. Cada documento era uma obra de técnica jurídica, fundamentado, preciso. E cada um deles batia contra uma muralha de indiferença. As respostas do tribunal, quando vinham, eram despachos curtos, padronizados, que negavam os pedidos sem analisar o mérito, citando a “garantia da ordem pública” e a “gravidade dos crimes apurados”. A lei, para Marcos e Lucas, era um instrumento de lógica. Para o ST7, parecia ser apenas uma formalidade a ser cumprida.

Finalmente, o julgamento foi marcado. Aconteceria em sessão virtual, uma modernidade que, naquele contexto, soava sinistra. Dias antes, veio o golpe final na já cambaleante defesa: Marcos foi notificado de que não teria acesso às supostas provas que a acusação dizia ter — os vídeos e relatórios de inteligência que, segundo eles, conectavam Zezão ao “núcleo golpista”. A justificativa era de que o material era sigiloso e continha “informações sensíveis à segurança do Estado”.

“Como se defende de uma acusação que você não pode ver?”, Marcos perguntou, retoricamente, na noite anterior ao julgamento. Ele e Lucas estavam no escritório, cercados por pilhas de papel que agora pareciam inúteis. “É uma inversão completa. O dever de provar é da acusação, mas eles nos jogam no escuro e nos pedem para provar a inocência de um fantasma.”

O dia do julgamento foi um teatro do absurdo. Numa tela de computador, Zezão aparecia, pequeno e perdido, numa sala cinzenta da penitenciária. O rosto dos ministros, em suas janelas digitais, parecia distante, inalcançável. Marcos fez uma defesa brilhante, apaixonada. Falou da vida de Zezão, do seu trabalho honesto, da impossibilidade de um vendedor de pipoca tentar dar um golpe de Estado. Apontou a falta de individualização da conduta, a ausência de provas, a tentativa de criar um culpado por associação.

Quando terminou, o ministro Tina, presidindo a sessão, mal moveu um músculo. O voto dele, o do relator, já estava pronto. Ele leu o texto com a pompa de um imperador lendo um decreto, a voz carregada de uma autoridade que ele

parecia acreditar ser inquestionável, descrevendo Zezão como parte de uma “engrenagem do mal” que visava destruir as instituições. Os outros ministros seguiram o voto, alguns lendo justificativas igualmente vagas, outros proferindo um rápido "acompanho o relator", sem acrescentar uma única palavra de fundamentação própria.

A sentença veio como um golpe de martelo no silêncio do escritório: catorze anos de reclusão. Sete por “abolição violenta do Estado Democrático de Direito” e outros sete por “tentativa de golpe de Estado”. Marcos tentou intervir, gritando que aquilo era *bis in idem*, uma punição dupla pelo mesmo fato, algo que qualquer calouro de direito saberia ser ilegal. Mas seu microfone foi sumariamente silenciado, e a sessão, encerrada. A tela ficou preta.

Marcos ficou parado, olhando para o monitor escuro por um longo momento. O silêncio era denso, pesado. Então, com uma força que Lucas não imaginava que ele possuísse, ele deu um soco na parede ao lado da estante de livros. O som seco ecoou pela sala. Ele se virou e, sem dizer uma palavra a Lucas, saiu da sala. Lucas o seguiu, hesitante, até o corredor, onde Marcos parou em frente à estátua de bronze que Lucas vira em sua primeira visita. A deusa da Justiça, com seus olhos vendados.

“Eles conseguiram”, ele sussurrou, a voz rouca de incredulidade e raiva. Seu olhar se fixou na estátua, no bronze frio. “Sabe, Lucas... a vida toda eu admirei essa imagem. A justiça é cega para não ver lados, para julgar apenas os fatos.” Ele olhou para Lucas, os olhos cheios de uma dor que ia além do caso perdido. “Mas eu estava errado. A venda não

está mais nos olhos da Justiça.” Seu olhar voltou para o rosto vendado da deusa de bronze. “Ela tirou a venda e colocou na defesa. Somos nós que estamos cegos agora, Lucas. Uma defesa cega e uma justiça que enxerga muito bem para qual lado olhar.”

As palavras de Marcos pairavam no ar, cristalizando a verdade que Lucas se recusava a aceitar. A estrutura inteira havia ruído. Não havia mais lógica, não havia mais regras. Havia apenas poder.

Naquela noite, a TV noticiava outro “ato de coragem” do ministro Tina. Um cidadão o teria atacado verbalmente num aeroporto e fora preso em flagrante por desacato. A narrativa oficial era clara: o ministro, um defensor da ordem, fora vítima de um agressor. Mas, horas depois, vídeos de celulares de outros passageiros começaram a vazar nas redes sociais. As imagens mostravam o oposto: o cidadão fazendo uma crítica ríspida ao ministro, que ficou descontrolado. O filho do ministro partiu para cima do homem, e Tina ordenou que a polícia prendesse o cidadão. A realidade e a verdade oficial eram dois planetas distintos.

Lucas desligou a TV. O abismo que antes o assustava agora parecia familiar. O medo, a angústia, a culpa... tudo isso estava se fundindo em algo novo. Uma brasa fria de raiva. Ele, que a vida toda apenas observou o jogo, que se orgulhava de ser o juiz imparcial, sentiu que o tabuleiro havia sido virado. E, se não havia mais regras, ele percebeu que agora precisaria aprender a jogar os dados.

8

A imparcialidade era uma memória distante, uma fotografia desbotada de um tempo que já não existia. A brasa de raiva no peito de Lucas não se apagara com o sono; pelo contrário, na manhã a encontrou mais viva, uma fonte de energia fria e focada. Ele, que passara a vida toda observando, analisando, julgando sem se envolver, sentia agora uma urgência em agir. A neutralidade não era mais uma virtude; era cumplicidade.

Foi com esse novo sentimento que ele procurou Marcos. Encontrou o advogado em seu escritório, não mais explodindo em fúria, mas imerso numa calma que parecia ainda mais perigosa. As pilhas de processos continuavam sobre a mesa, mas o olhar de Marcos não estava nelas; estava fixo num ponto distante, como o de um general que avalia um campo de batalha impossível.

“Não podemos mais lutar nos termos deles, Lucas”, disse Marcos, antes mesmo que Lucas pudesse falar. “O tabuleiro está viciado. Cada peça que movemos, eles

capturam com um movimento que inventam na hora. O direito, aqui, acabou. Agora é política."

"Então o que a gente faz?", perguntou Lucas, a voz firme.

Marcos abriu uma gaveta e tirou um cartão de visitas. "A gente encontra outros jogadores. Existe uma deputada, Clara Valença. Ela tem sido uma das poucas vozes no Congresso a denunciar abertamente o que o ST7 está fazendo. Vou ligar para ela. O caso do Zezão... é o exemplo perfeito, a prova humana da aberração que eles criaram. Precisamos mostrar isso a quem ainda tem algum poder para lutar."

Dois dias depois, estavam em uma sala anexa ao plenário do Congresso. O ar era carregado de conversas apressadas e do cheiro de café requentado. Clara Valença os recebeu sem formalidades. Era uma mulher de meia-idade, com um olhar cansado, mas que ainda guardava uma centelha de desafio.

Marcos expôs o caso de Zezão, metodicamente, listando as violações, a falta de provas, a sentença absurda. Clara ouvia, balançando a cabeça lentamente. Nada daquilo era novidade para ela.

"Doutor Marcos, eu recebi muitas histórias como essa recentemente", disse ela, com um suspiro. "Mães, esposas, filhos... todos de pessoas que foram presas por esses inquéritos. O ST7 criou um estado de exceção dentro do Estado de Direito. E eles sabem que juridicamente estão blindados, porque eles mesmos são a última instância."

“Então não há nada a fazer?”, a voz de Lucas saiu mais ríspida do que ele pretendia.

Clara Valença olhou para ele, notando sua presença de forma mais atenta pela primeira vez. “Juridicamente, no campo deles, talvez não. Mas politicamente, sim.” Ela se inclinou para a frente. “Estamos articulando um projeto de anistia. É a única saída. Uma solução política para um problema que se tornou político. Perdoar os crimes imputados a esses presos, que nunca deveriam ter sido presos em primeiro lugar. Devolver a eles a vida que lhes foi roubada.”

Anistia. A palavra soou estranha para Lucas. Em seus livros, anistia era para momentos de transição, para grandes pacificações nacionais. Usá-la agora significava admitir que estavam em guerra.

“Nós precisamos de casos como o do seu primo”, continuou a deputada, agora olhando diretamente para Lucas. “Precisamos de histórias que o público entenda. ‘Abolição do Estado de Direito’ é abstrato. Um vendedor de pipoca condenado a catorze anos de prisão por trabalhar... isso as pessoas entendem. Isso mostra a crueldade, a desproporção.”

Naquele momento, algo estalou em Lucas. Ele se viu, pela primeira vez, não como um estudante de direito, mas como alguém que possuía uma arma. O seu conhecimento, a sua capacidade de destrinchar a lógica perversa usada pelo tribunal, era útil.

“Eles usaram a tese do crime multitudinário para evitar a individualização das condutas”, disse Lucas, e as palavras

saíram claras, precisas. “Condenaram Zezão por *bis in idem*, aplicando duas penas para o mesmo fato. Usaram o conceito de flagrante permanente para prender parlamentares por vídeos, o que é uma aberração doutrinária. Cada passo que eles deram foi uma violação de um princípio básico do direito penal.”

Clara Valença e Marcos olharam para ele, surpresos. Lucas não era mais o garoto assustado. Era alguém que dissecava o inimigo com a frieza de um cirurgião.

A deputada sorriu, um sorriso mínimo, cansado, mas genuíno. “É de gente como você que precisamos, garoto. Gente que entende a linguagem deles e sabe como traduzir a tirania para o povo.”

Lucas saiu daquela reunião transformado. O tabuleiro que ele via em sua mente não tinha desaparecido. Ele apenas havia mudado de forma. Não era mais um jogo de regras fixas a ser observado, mas um campo de batalha estratégico. E ele, que sempre se recusou a ser uma peça, agora entendia seu papel. Ele não seria um peão, nem um rei. Ele seria a mão que aponta as jogadas ilegais do adversário, que narra para todos a trapaça que está acontecendo em plena luz do dia. A justiça podia estar cega, mas ele se recusava a ficar mudo. E, junto com Marcos e Clara, fariam de tudo para salvar não apenas Zezão, mas todos os outros que foram presos injustamente.

9

Yin-yang. O equilíbrio entre luz e trevas, ordem e caos. Lucas costumava acreditar que a lei era a linha precisa que os separava, o muro que continha a barbárie. Agora, ele via que a linha tinha sido apagada. As trevas não estavam mais do outro lado do muro; elas o haviam derrubado e sangravam sobre a luz, manchando tudo com a cor da indiferença. E o mais assustador era perceber que quem havia derrubado o muro não foram os bárbaros, mas os próprios guardiões: a justiça, o ST7.

A vida dele havia se tornado uma rotina febril. As manhãs eram com Marcos, analisando outros processos, encontrando os mesmos padrões de abuso, as mesmas sentenças pré-fabricadas. As tardes eram com a deputada Clara Valença, ajudando sua equipe a catalogar os casos, a redigir os argumentos para o projeto de Anistia. Lucas dormia pouco, comia mal. A culpa e a raiva eram seu combustível. Cada página que lia, cada história que ouvia, era um novo Zezão, uma nova vida esmagada pela mesma engrenagem.

Foi numa dessas manhãs, enquanto organizava uma pasta com depoimentos de familiares de presos, que o telefone em sua mesa vibrou. Era Marcos. Lucas atendeu, esperando mais uma instrução, mais um caso. Mas do outro lado da linha, o silêncio se estendeu por um segundo a mais do que o normal.

“Lucas...” A voz do advogado estava diferente. Havia perdido o tom de combate. Estava oca, quebrada. “Preciso te contar uma coisa. Nem sei como dizer isso.”

O estômago de Lucas se contraiu.

“É o Zezão”, continuou Marcos, e Lucas pôde ouvir que ele estava chorando. “Ele morreu, Lucas. O Zezão morreu.”

As palavras não fizeram sentido de imediato. Eram apenas sons. Morto? Como? A mente de Lucas, sempre tão rápida, se recusava a processar.

“Foi na prisão”, a voz de Marcos era um sussurro de dor. “A pressão dele... os remédios que a gente tanto lutou pra ele ter... não deram a tempo. A assistência médica que pedimos dezenas de vezes... Eles não o mataram com um tiro, Lucas. Eles o deixaram morrer. É mais limpo. Mais burocrático.”

Lucas desligou o telefone. O mundo ao seu redor perdeu o som, a cor. A pasta em suas mãos caiu no chão, espalhando os papéis, as histórias de outros Zezões. Ele só conseguia pensar numa coisa: “Vai ter um protesto, Zezão. Vai

dar muita gente.” A sua voz, naquele almoço de domingo ensolarado. A frase que o condenou.

No dia seguinte, ele foi para a faculdade. Não sabia por quê. Talvez por hábito, talvez porque não soubesse para onde mais ir. O zumbido de conversas nos corredores era sobre isso. A morte de Zezão era a notícia do dia, não nos jornais tradicionais, que ignoravam o caso, mas na internet. Ao entrar na sala, viu que o debate já havia começado.

“É uma tragédia, sem dúvida”, dizia um aluno. “Mas não podemos esquecer que ele estava preso por um crime gravíssimo contra a nação.”

“Ele não teve os cuidados médicos que a defesa pedia há meses!”, retrucou uma garota.

A discussão se acalorou, até que a voz do Mestre Eduardo se impôs, com sua calma exasperante. “Gente, por favor. É uma situação lamentável. Uma fatalidade que entristece a todos.” Ele ajeitou os óculos, o rosto uma máscara de neutralidade. “Mas não podemos permitir que a emoção do momento nos faça esquecer o quadro geral. A justiça, apesar de seus eventuais excessos, é o pilar que sustenta a ordem. Tenho certeza de que as circunstâncias da morte serão apuradas, e que o sistema está sendo justo para manter nossa democracia.”

Foi a gota d'água. A neutralidade do professor, que Lucas antes admirava, agora lhe pareceu obscena. Uma covardia travestida de sabedoria.

E, pela primeira vez em sua vida, Lucas, o melhor aluno da sala, o observador silencioso, não se conteve. Ele se levantou. A sala inteira se calou, surpresa.

“Não é possível”, disse Lucas, a voz baixa, mas cortante, vibrando com uma intensidade que ninguém ali jamais ouvira. “Não é possível que o senhor não vá tomar uma posição nesse caso. Tudo nele está errado. Não foi uma ‘fatalidade’. Deixaram ele morrer de forma quase sádica. Eu nunca vi isso.” Ele olhou diretamente para o professor, que o encarava, chocado. “Não tem como salvar a democracia por meios antidemocráticos e autoritários.”

“Mas eles são acusados de golpe, Lucas”, gaguejou o professor. “É uma situação fora do normal...”

“Se a democracia precisa de um ditador para salvá-la”, Lucas o interrompeu, a voz agora ressoando pela sala, “então nunca foi uma democracia de verdade, apenas um teatro. O sapo da democracia não morre vaporizado, ele morre ao ligar o fogão, de forma lenta e gradual. Morre porque pessoas como o senhor, acadêmicos, fingem que não veem nada para não perder o próprio status. Morre porque a imprensa, que deveria estar escandalizada, faz cálculos de poder, pensando que se tudo der errado, basta um editorial pedindo desculpas depois.”

Ele pegou sua mochila e saiu da sala, sem olhar para trás. Ouviu o início de um aplauso tímido, rapidamente abafado pelo caos de vozes que explodiu após sua saída.

Naquela noite, a televisão parecia um portal para o inferno. Um programa de debates tinha “especialistas em golpes de estado” comentando a morte de Zezão. Um deles, com um sorriso de escárnio, olhou para a câmera e disse: “A família reclama da pena, mas pelo menos agora ele não precisa mais cumpri-la”. O outro completou, rindo: “Vão ter que achar um jeito de ele cumprir o resto da pena mesmo morto”. E a apresentadora riu junto.

Lucas sentiu um enjoo profundo. Não era mais sobre lei, sobre política. Era sobre a perda completa da humanidade. Ele desligou a TV e ficou no escuro. A dor e a culpa ainda estavam lá, mas agora, havia algo mais. Uma resolução fria, dura como diamante. A semente da dúvida havia morrido.

10

Era o fim do luto e o começo da guerra. A dor pela morte de Zezão não desaparecera, mas se cristalizara em algo duro e afiado dentro de Lucas. Ele, que sempre se escondera atrás da lógica e da observação, percebeu que a única resposta à ausência de regras era criar as suas próprias. Sua arma não seria a violência, mas a clareza. Sua munição, as próprias words da lei, agora usadas para expor a farsa.

Ele começou a gravar vídeos. Sentado em seu quarto, com uma pilha de livros ao fundo, ele falava para a câmera do celular com a mesma precisão com que antes falava nos júris simulados. Ele traduzia o "juridiquês" em linguagem que qualquer um pudesse entender. "Isto é *bis in idem*", dizia ele, num vídeo que mostrava a sentença de Zezão. "É como ser multado duas vezes pelo mesmo excesso de velocidade. É ilegal. É uma aberração." Em outro, explicava: "Isto é o que eles chamam de 'crime multitudinário'. É uma forma de dizer que, se você está numa festa onde alguém quebra um copo, todos os convidados são culpados. Nossa lei diz que a pena

não pode passar da pessoa do condenado. Eles rasgaram isso."

Os vídeos, crus e diretos, começaram a ganhar tração. Compartilhados em grupos, depois por jornalistas independentes, eles se espalharam. Lucas não era mais um estudante anônimo; era uma voz, um tradutor da tirania.

Enquanto isso, no Congresso, a deputada Clara Valença travava sua própria batalha. O projeto de Anistia avançava a passos de tartaruga, a cada dia um novo obstáculo. Deputados que apoiavam a causa eram subitamente alvos de investigações do ST7 por motivos absurdos, acusações antigas e esquecidas que ressurgiam como fantasmas convenientes. A mensagem era clara: apoiar a Anistia era comprar uma briga direta com o tribunal.

Mas a pressão popular, alimentada por vozes como a de Lucas, crescia. A morte de Zezão tornara-se um símbolo. Num dia de tensão máxima, após a renúncia do presidente da Câmara, Humberto Usmota, que não aguentou a pressão, a Anistia foi finalmente pautada e, numa votação apertada e histórica, aprovada. Por um breve momento, uma janela de luz pareceu se abrir na escuridão.

A luz durou menos de vinte e quatro horas.

Na manhã seguinte, o país acordou com um decreto do ministro Réder Tina. Numa decisão monocrática, ele declarou a Anistia inconstitucional. Mas não parou por aí. Acusando o Congresso de conluio com "forças golpistas", ele ordenou o fechamento temporário da Câmara e cassou o

mandato dos principais deputados que votaram a favor do projeto. O presidente da República, Castro Silva, amigo de Tina, foi à TV em seguida para nomear interventores para os cargos vagos. A imprensa, em sua maioria, noticiou o ato não como um golpe, mas como uma “medida enérgica em defesa da Constituição”.

Na faculdade, Mestre Eduardo, com o rosto impassível, disse à turma: “É uma situação excepcional, que exige medidas excepcionais. A harmonia entre os poderes é importante, mas a defesa da democracia vem em primeiro lugar.”

Naquela noite, Lucas gravou seu último vídeo. Ele não estava mais calmo. Havia fogo em seus olhos. “Eles fizeram”, disse ele, a voz embargada de raiva. “Eles finalmente tiraram as máscaras. Isso não é defesa da democracia. Isso é a própria ditadura. O nome disso é golpe. E o golpe não veio dos manifestantes, veio da cadeira mais alta da Justiça.”

O vídeo explodiu. Milhões de visualizações em poucas horas. Lucas se tornara o inimigo público número um.

A resposta veio dois dias depois, ao amanhecer. Batidas fortes na porta. Policiais armados, com coletes e capacetes, invadiram a casa. Levaram tudo: seu computador, seus livros, seu celular. Lucas foi algemado na frente de seus pais, atônitos.

Mas a história que a TV contou naquela noite era outra. Numa entrevista coletiva, a polícia anunciou a “Operação Labirinto”, uma megaoperação que desmantelara o

braço financeiro da facção criminosa PTC, responsável pela lavagem de dinheiro do tráfico em postos de gasolina. E lá, no meio de fotos de criminosos e armas apreendidas, estava o rosto de Lucas. Um organograma complexo, cheio de setas e nomes que ele nunca vira, o ligava a um dos chefes da facção.

Ele não era um dissidente político. Era um bandido. Um lavador de dinheiro para o crime organizado. A narrativa era perfeita. Quem iria defender um monstro desses?

O julgamento durou trinta dias. Foi uma farsa televisionada. Não falaram de seus vídeos, não falaram de golpe, não falaram do ST7. Falaram de planilhas falsas, de contas no exterior, de uma teia de crimes que ele não fazia ideia de como funcionava. As “provas” eram sigilosas. A defesa não teve acesso a quase nada.

A sentença foi lida pelo próprio Tina, que avocara o caso para si: cento e trinta e seis anos de prisão. A idade da República. Uma piada sádica.

Ao chegar na prisão, ainda com o choque da sentença estampado no rosto, Lucas foi jogado numa cela que dividiria com um homem mais velho, de olhar resignado.

“Acho que vamos passar um bom tempo juntos”, disse o homem, com um meio sorriso. “Por quê?”, perguntou Lucas. “Vou ficar aqui por uns seis anos. Atropelei e matei o filho de um político. E você, garoto? Quanto tempo pegou?”

Lucas olhou para as mãos, para as cicatrizes que começavam a se formar nos nós dos dedos. “Cento e trinta e seis anos”, respondeu.

O outro prisioneiro fechou a cara. Havia medo em seus olhos. Ele hesitou, mas a curiosidade foi maior. “Meu Deus. O que você fez pra pegar tanto tempo assim?”

Lucas levantou o olhar, relembrando os últimos meses.

“Eu tirei a venda. Vi os olhos da justiça.”

11

Ressaca. Era a única palavra que descrevia o estado de espírito do país. A prisão de Lucas, o golpe de mestre que deveria encerrar a questão, transformando um dissidente em um bandido, tivera o efeito contrário. A mão fora pesada demais. A farsa, grosseira demais. Ao invés de consolidar a imagem de um judiciário forte combatendo o crime, a "Operação Labirinto" expôs a arbitrariedade de forma tão clara que até os mais céticos começaram a duvidar. A opinião pública, antes apática, agora fervilhava com a desconfiança.

O ministro Tina, mestre da estratégia, percebeu que havia esticado a corda ao ponto de ruptura. A força bruta precisava dar lugar à astúcia. Para manter o poder, era preciso recuar e devolver ao povo a ilusão de normalidade.

E assim, o grande teatro da reconciliação começou. O Congresso Nacional, fechado temporariamente, foi reaberto com pompa e circunstância. O presidente da Câmara, Humberto Usmota, que havia renunciado, foi reconduzido ao cargo num acordo de bastidores, aclamado pela imprensa

como um “gesto de maturidade democrática”. E, como ato principal, uma nova votação do projeto de Anistia foi marcada.

Desta vez, o resultado foi diferente. Aprovada por ampla maioria, a lei foi sancionada rapidamente. As portas das prisões se abriram. Dezenas de homens e mulheres, os “vândalos” do dia 8, voltaram para suas famílias, magros, cansados, mas livres. O país respirou aliviado. A democracia, diziam os jornais, havia encontrado seu caminho de volta.

Mas o diabo, como sempre, estava nos detalhes. A Anistia que libertou os anônimos trazia em seu texto cláusulas cirúrgicas. Os políticos que haviam sido investigados, como o parlamentar Daniel, tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos por oito anos. Estavam proibidos de se candidatar, de falar em redes sociais, de existir politicamente. A lei os perdoava dos “crimes”, mas os bania da vida pública.

Foi a deputada Clara Valença quem traduziu a manobra para o país. Numa noite, de seu gabinete, ela gravou um vídeo simples, direto, que se espalhou como fogo.

“Não se enganem”, dizia ela, olhando firmemente para a câmera. “Isto não é um retorno à normalidade. É a sofisticação da tirania. Eles soltaram os peões para manter a narrativa de que os alvos sempre foram os reis. Libertaram as pessoas comuns para acalmar o povo, enquanto garantiram que seus adversários políticos fossem neutralizados, silenciados e carimbados para sempre como os ‘verdadeiros bandidos’. Eles não perderam a guerra, apenas sacrificaram uma tropa para proteger o castelo.”

O vídeo foi um terremoto. A clareza da análise de Clara expôs a hipocrisia do acordo. A resposta do sistema foi imediata e previsível. Partidos governistas entraram com uma representação no Conselho de Ética contra a deputada. E, como num passe de mágica, uma antiga e esquecida investigação sobre um suposto esquema de corrupção na prefeitura de sua cidade natal foi reaberta e vazada para a imprensa.

As manchetes eram escandalosas. Programas de TV debatiam a “gravidade do caso”. Comentaristas políticos, os mesmos que aplaudiram a “reconciliação”, agora se mostravam chocados. “É inadmissível”, dizia um deles, com a testa franzida em falsa indignação. “Não pode um deputado estar envolvido com tamanho escândalo de corrupção e ainda continuar solto. É preciso cassar o mandato para dar o exemplo.”

O cerco se fechava em torno de Clara Valença, a próxima peça a ser removida do tabuleiro.

E Lucas?

Lucas continuava preso. Sua condenação não era por “atos antidemocráticos”. A Anistia não o alcançava. Ele era, para todos os efeitos legais, um lavador de dinheiro, um membro da facção PTC.

Sua história, tão central para o início da crise, fora convenientemente isolada, encapsulada numa narrativa criminal da qual não havia escapatória política. Isolado do mundo exterior, ele fez da pequena biblioteca da prisão seu novo universo. Os livros de direito, antes seus companheiros, agora lhe pareciam vazios, meros manuais de um jogo cujas regras haviam sido revogadas.

Seu interesse se voltou para os fundamentos, para as perguntas que vinham antes da lei. Ele mergulhou na filosofia, buscando em Sócrates, Platão e, principalmente, Aristóteles, livros que os alunos na universidade só tinham contato por resumos de resumos, agora se tornavam, em sua íntegra, uma resposta para o colapso que presenciara. Ele leu sobre a tirania, sobre a demagogia, sobre como as repúblicas morrem.

Um dia, um guarda lhe trouxe um livro mais moderno, de capa escura, e Lucas sorriu com amargura ao ler o título, que parecia resumir sua jornada: *Democracia, o Deus que Falhou*. Ele era o dano colateral necessário, o sacrifício que permitiu que o jogo continuasse.

Posfácio

As Raízes da Realidade em "Justiça a lá Tina"

"Justiça a lá Tina" é uma obra de ficção. Personagens, eventos e diálogos foram criados para servir a uma narrativa. No entanto, a ficção raramente nasce do vácuo. Ela respira o ar de seu tempo e se alimenta dos fatos que moldam a sociedade. Esta história, em particular, é um espelho, por vezes terrivelmente fiel, de um período complexo e conturbado da história recente do Brasil.

Este posfácio serve como uma chave de leitura, um guia para conectar os elementos da jornada de Lucas Tirso do Nascimento com a realidade que serviu de inspiração.

Instituições e Personagens Centrais

O ST7 (Supremo Tribunal dos Setes) e o Ministro Réder Tina: A mais direta das alegorias. O ST7 é o **Supremo Tribunal Federal (STF)** brasileiro. A figura de **Réder Tina** é a representação ficcional do **Ministro Alexandre de Moraes**. A narrativa buscou capturar não apenas suas ações, mas a percepção pública de sua figura: um juiz de pulso firme, que assumiu para si a missão de "defensor da democracia", mas cujos métodos são claramente excessivos e violam em muito os princípios legais.

Zezão, o Vendedor de Pipoca: Zezão não é uma pessoa, mas um símbolo. Ele representa as centenas de **cidadãos comuns**, sem histórico de ativismo político, que foram presos nos atos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, incluindo os **vendedores ambulantes**, como os de pipoca e sorvete, que estavam no local a trabalho e foram presos em meio ao caos. A morte de Zezão na prisão por falta de cuidados médicos é uma referência direta e dolorosa à morte de **Cleriston Pereira da Cunha ("Clezão")**, um réu do 8 de janeiro que faleceu na penitenciária da Papuda em novembro de 2023. Sua defesa já havia alertado sobre seu estado de saúde precário e pedido sua soltura, que foi ignorada.

O Parlamentar Daniel e o Estudante Allan: Estes personagens são inspirados em duas figuras reais que se tornaram alvos notórios dos inquéritos conduzidos por Moraes. **Daniel** é uma alusão ao ex-deputado federal **Daniel Silveira**. **Allan** representa o blogueiro **Allan dos Santos**.

A Deputada Clara Valença e Humberto Usmota: Clara representa os **parlamentares da oposição** que, no Congresso Nacional, tentaram criar saídas políticas para a crise, principalmente através da proposta de uma **Anistia**. A figura de Usmota, que no livro renuncia à presidência da Câmara, é uma referência a políticos como **Hugo Motta**, figuras centrais nas articulações e bloqueios da pauta da Anistia no Congresso.

Eventos e Conceitos Jurídicos: A Anatomia da Crise

A trama de "Justiça a lá Tina" foi tecida com fios de eventos e teses jurídicas reais que marcaram o período.

O Inquérito das "Fake News" (INQ 4781): O ponto de partida da crise, no livro e na realidade. Instaurado de ofício (por iniciativa própria) pelo STF em 2019, sua legalidade foi contestada desde o início por violar o sistema acusatório, onde o Judiciário julga, mas não investiga nem acusa. A decisão de validá-lo no plenário do STF se deu por um placar de 10 a 1, com o voto vencido do Ministro Marco Aurélio Mello alertando para os perigos do precedente que se abria. Esse inquérito foi o pano de fundo para a **censura à reportagem da Revista Crusoé** sobre "o amigo do amigo de meu pai", que ligava a Operação Lava Jato a um ministro da corte, e inaugurou a ideia de que **criticar o tribunal poderia ser tratado como um crime**.

A Metamorfose dos Inquéritos: A narrativa mostra a investigação se perpetuando. Isso reflete o que ocorreu com o

Inquérito 4828 (dos Atos Antidemocráticos). Quando o Ministério Público (MP), titular da ação penal, pediu seu arquivamento, o Ministro Alexandre de Moraes acatou o pedido, mas, no mesmo ato, instaurou de ofício um novo inquérito, o **4874 (das Milícias Digitais)**, para o qual transferiu todo o material do anterior, mantendo a investigação sob seu controle e contornando a prerrogativa do MP.

Teses Jurídicas Controversas: A história de Lucas é permeada por decisões baseadas em interpretações legais inovadoras e amplamente questionadas:

- **Flagrante por Vídeo:** A prisão do parlamentar Daniel no livro se baseia na tese do **"flagrante delito permanente"** para um vídeo publicado online. Essa noção, de que um crime de opinião continua acontecendo enquanto o vídeo está no ar, foi usada no caso real de Daniel Silveira e representa uma distorção do conceito de flagrante.
- **Flexibilização da Imunidade Parlamentar:** A mesma prisão relativizou a imunidade parlamentar, permitindo a detenção inafiançável de um deputado por crime de opinião.
- **Prisões por "Críticas":** Os casos de Allan, Daniel e do cidadão no aeroporto (baseado num incidente real com o Ministro Moraes em Roma) ilustram como a crítica, mesmo que dura, passou a ser enquadrada como crime, justificando prisões preventivas e outras medidas coercitivas.

O Julgamento do Dia 8 – O ápice das Exceções: O julgamento de Zezão e dos outros manifestantes no livro

espelha as principais críticas feitas aos processos do 8 de janeiro:

- **STF como 1ª Instância:** Ao avocar para si os casos, o STF atuou como um tribunal de primeira instância para centenas de réus sem foro privilegiado, suprimindo seu direito a um duplo grau de jurisdição (o direito de recorrer a uma instância superior).
- **Denúncias Genéricas:** As acusações se basearam na tese do **"crime multitudinário"**, sem a devida **individualização das condutas**, tratando todos os presentes como culpados pelo todo.
- ***Bis in Idem***: Muitos réus foram condenados tanto por "abolição violenta do Estado Democrático de Direito" quanto por "golpe de Estado" pelos mesmos fatos, configurando uma **dupla punição pelo mesmo ato**.
- **Penas Desproporcionais:** As sentenças foram consideradas por muitos como excessivas, como a pena real de **17 anos para um homem que se sentou na cadeira do ministro**.

O Paradoxo Final: O lema que guia as ações do ST7 no livro é o de **"destruir a democracia para defendê-la"**. Essa frase encapsula o paradoxo central do período: o uso de medidas de exceção, que ferem garantias individuais e o devido processo legal, em nome da proteção do próprio Estado Democrático de Direito.

A "Operação Labirinto" e o Lawfare: A reviravolta final, na qual Lucas é preso por uma falsa ligação com uma facção criminosa, reflete a tática de **"lawfare"**: o uso de procedimentos legais como arma para perseguir e

desacreditar um oponente. Ao transformá-lo num criminoso comum, o Estado o isola do apoio popular e torna sua causa indefensável, demonstrando como o que parece ser o final de uma crise é apenas um teatro para manter a fachada de normalidade enquanto a perseguição continua por outros meios.

Conclusão: Um Epílogo em Andamento

No momento em que este livro é lançado, a história que o inspirou não chegou a um fim. Muitos dos "Zezões" da vida real, os cidadãos comuns, continuam a cumprir suas longas penas, esquecidos pela maior parte da opinião pública e da imprensa. Outros, embora em liberdade, vivem sob o peso de medidas cautelares, como o uso de tornozeleiras eletrônicas, e lutam para reconstruir vidas destroçadas por processos judiciais que se arrastam.

Os alvos políticos, os "Daniels" e as "Claras", continuam a ser neutralizados. Seus direitos políticos foram cassados ou estão sob constante ameaça, e o "lawfare" segue como uma espada sobre suas cabeças, pronto para ser usado a qualquer nova tentativa de oposição. Os comunicadores e jornalistas, os "Allans", permanecem em sua maioria no exílio ou sob ordens de silenciamento, numa batalha constante contra o bloqueio de suas redes e a asfixia de suas vozes.

Este cenário de perseguição só se sustenta por um silêncio cúmplice de três pilares da sociedade, como retratado na obra. O primeiro é o da **grande Mídia**, que, por cálculo ou conveniência, muitas vezes optou por noticiar a versão “oficial” dos fatos, ignorando as violações de direitos e tratando a crise

como um mero conflito político, e não como um ataque às liberdades fundamentais. O segundo é o da **elite intelectual e acadêmica**, representada na figura do **Mestre Eduardo**, que, em nome de uma suposta neutralidade, se recusa a nomear os abusos, preferindo a segurança de sua posição ao dever de defender a verdade. Por fim, o pilar dos **políticos pragmáticos**, os "Humberto Usmotas", que, focados unicamente em seus jogos de poder e na manutenção de seus cargos, fazem os acordos necessários para que o sistema continue funcionando, mesmo que isso signifique sacrificar a justiça e a liberdade dos seus cidadãos.

O que se vive não é a paz, mas a aparência dela. A fase aguda da crise pode ter passado, mas as estruturas de exceção criadas permanecem intactas, prontas para serem reativadas. A história de Lucas, portanto, não termina no capítulo final; ela continua, silenciosamente, na vida de centenas de pessoas reais. É um conto de advertência sobre a fragilidade da democracia e uma questão universal que permanece sem resposta: o que acontece quando as instituições criadas para proteger a liberdade se tornam a maior ameaça a ela? A resposta está sendo escrita, não nas páginas de um livro, mas na realidade diária de um país que ainda busca reencontrar o caminho para uma justiça que volte a usar sua venda.

Nota do Autor

Esta história não foi escrita para ser uma propriedade, mas um registro. Seu único objetivo é servir como uma crônica do tempo sombrio em que vivemos, uma testemunha em palavras para que a memória não se apague.

Por essa razão, esta obra é entregue ao domínio público. Renuncio a todos os direitos autorais em perpetuidade. Sinta-se livre para compartilhá-la, baixá-la, imprimi-la e distribuí-la da forma que bem entender, sem nenhuma restrição. A verdade, quando silenciada, só sobrevive se for sussurrada de um para o outro, até se tornar um grito.

Caso deseje apoiar o autor anônimo e outros projetos dedicados à defesa das liberdades em nosso país, doações de qualquer valor são uma forma de resistência.

Solana (SOL):

CbcE27Njpm95SQXnxdADrsVC9QEPxNupTXw3z7bsBaFe

Bitcoin (BTC):

bc1q3gjtkmr9c54zajc0exwacrf4zc0czk9tfugzff

Cardano (ADA):

addr1qxptzxelv376svfe6gnfkjrug03f9p2nctskgd3xykey4spj6sky

5a58xquqtm8dw44tz4ufwhkuflzgfjlm07gfrmcs8qc5nk

- Heimdall Fontes